



137



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete Des. Helena Caúla Reis

HABEAS CORPUS Nº 2124409-8 – Jaboatão dos Guararapes (Privativa do Júri).

IMPETRANTE: Dra. Ivana Bezerra da Conceição

PACIENTE: Roberto Antônio da Silva

RELATORA: Des. Helena Caúla Reis.

RELATOR SUBSTITUTO: Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho.

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra.

ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal.

5729

EMENTA: Constitucional. Processual Penal. Habeas Corpus liberatório. Paciente denunciado no art. 121, § 2º, II, do Código Penal Pátrio. Pleito de revogação do decreto preventivo, sob alegação de ausência dos requisitos autorizadores da medida constritiva. Fundamento que consiste em mera reiteração de pedido. Argumento não conhecido. Arguição de inocência. Matéria de mérito que, por exigir análise aprofundada da prova, é insuscetível de apreciação na via estreita de habeas corpus. Atraso verificado na instrução suficientemente justificado, não imputável ao juízo e dentro dos limites da razoabilidade. Ausência de constrangimento ilegal. Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de habeas corpus nº 212409-8 da Vara Privativa do Tribunal do Júri da Comarca de Jaboatão dos Guararapes, em que figuram, como impetrante, Dra. Ivana Bezerra da Conceição e, como paciente, **Roberto Antônio da Silva**, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na sessão do dia 26 de maio de 2010, por decisão unânime, em denegar a ordem, tudo consoante consta do relatório e voto digitados anexos, que passam a fazer parte deste julgado.

Recife, 26 de maio de 2010.

Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho
Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho

Relator Substituto



138



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete Des. Helena Caúla Reis

HABEAS CORPUS Nº 212409-8 – Jaboatão dos Guararapes (Vara Privativa do Tribunal do Júri).

IMPETRANTE: Dra. Ivana Bezerra da Conceição.

PACIENTE: Roberto Antônio da Silva.

RELATORA: Des. Helena Caúla Reis.

RELATOR SUBSTITUTO: Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho.

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. Maria Tereza de Oliveira e Silva.

ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal.

RELATÓRIO

Cuida-se de pedido de ordem de *habeas corpus* liberatório, com pretensão liminar, interposto pela Advogada Ivana Bezerra da Conceição, em favor de **Roberto Antônio da Silva**, qualificado às fls. 02 dos autos.

O Juízo da Vara Privativa do Tribunal do Júri da Comarca de Jaboatão dos Guararapes é apontado como autoridade coatora.

Notícia o impetrante, na inicial de fls. 02/11, que o paciente foi preso e autuado em flagrante delito, pela suposta prática do crime de homicídio, tendo sido decretada a prisão temporária do mesmo em março de 2009.

Através do presente *writ* sustenta, em síntese, a ausência de indícios suficientes de que o paciente participou da empreitada criminosa, a não configuração de quaisquer dos motivos ensejadores da decretação de sua custódia cautelar, como também excesso de prazo injustificado para a formação da culpa (Processo nº 0002925-04.2009.8.17.0810.).

A inicial veio acompanhada dos documentos de fls. 12/217.

Pleito liminar indeferido, nos termos da decisão de fls. 224/225.

Instada a se manifestar, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dra. Maria Tereza de Oliveira e Silva, ofereceu parecer, opinando pela denegação da ordem (fls. 243/249).

Este é o brevíssimo relatório.

VOTO DO RELATOR

Instada a se pronunciar, sobre as alegações constantes na inicial, o Juiz indicada coatora noticia que, **Roberto Antônio da Silva** foi denunciado, nos autos do Processo nº 0002925-



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete Desa. Helena Costa Reis

04.2009.8.17.0810, por infração ao art. 121, § 2º, II, do Código Penal, por ter, **em 29/08/2008**, juntamente com o indivíduo, conhecido por "Cleiton", e, ainda, um menor de idade, utilizando-se de arma de fogo, assassinado a vítima **Lúcio Alves de Oliveira**.

Informa que, durante a fase investigatória o acusado restou segregado, por força de decreto de prisão temporária, sendo-lhe, posteriormente, decretada a custódia preventiva, por ocasião do recebimento da denúncia, **em 07 de abril de 2009**, com fulcro no Art. 311 e seguintes do Código de Processo Penal, sobretudo para garantia da ordem pública.

Outrossim, aduz que foi feita a "juntada do Ofício nº 193/2009-GDROA, recebido em 08/06/2009 solicitando informações a fim de instruir Habeas Corpus nº 189362-7, em favor do acusado, noticiando o indeferimento do pedido liminar."

Quanto ao tráfegar processual, registra que, **em 26/05/2009**, foi apresentada a Defesa Preliminar do paciente, com arrolamento de testemunhas, sendo designada a data de **28/07/2009**, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento, que teve a sua continuidade realizada em **17/08/2009**.

Afirma que, no dia **24/09/2009**, foram remetidos os autos ao Mutirão Carcerário, que, acolhendo, inteiramente, os argumentos expedidos no decreto preventivo pelo Juízo processante, decidiu pela necessidade da manutenção da prisão cautelar do paciente, ressaltando, também, a inexistência de excesso de prazo na sua custódia provisória.

No mais, esclarece que, foi determinada diligência a fim de localizar o endereço de uma testemunha arrolada pelo Ministério Público, encontrando-se o feito, presentemente, no aguardo da marcação de audiência para oitiva da referida testemunha.

Como visto no relatório, alega-se, como base do writ, a falta de fundamentação do decreto de prisão preventiva expedido contra o paciente, alegando a impetrante: a) a inexistência de razões concretas que justifiquem a necessidade do seu encarceramento e b) a ausência de indícios de autoria. Subsidiariamente, sustenta-se a existência de coação ilegal por excesso de prazo.

Diante do esclarecido, não há qualquer constrangimento ilegal a reconhecer.

Ora, Primeiramente, registro, que o decreto construtivo, ora vergastado, já foi anteriormente analisado por esta Egrégia Corte, por ocasião do julgamento do Habeas Corpus nº 189362-7, não podendo mais ser apreciado por este Tribunal de Justiça. O respectivo acórdão encontra-se ementado, nos seguintes termos:

"Processual Penal e Penal. Habeas Corpus liberatório. Homicídio qualificado. Art. 121, § 2º II, do CP. Alegação de falta de fundamentação do decreto preventivo. Improcedência. Necessidade da custódia preventiva. Presença dos pressupostos autorizadores. Decreto devidamente fundamentado e amparado juridicamente.



140



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete Des. Helena Costa Reis

Ordem denegada. DECISÃO UNÂNIME. (HC nº 189362-7, 1ª Câmara Criminal, Rel. Romero de Andrade Lima, j. em 04/08/2009) .

Assim, nesta parte, por se tratar de pedido reiterativo, desmerece consideração.

No que tange à alegação de que o paciente não participou do delito, a toda evidência, o que se pretende é a análise de matéria meritória, que deverá ser apreciada durante a instrução criminal, por ser, como cediço, incabível pela via do *habeas corpus*.

Sobre o assunto, colho os seguintes julgados:

"A fundamentação de inexistência de justa causa não se presta à concessão do remédio heróico a não ser quando nem mesmo em tese o fato constitui crime, ou, então, quando se verificar *prima facie*, que não se configura o envolvimento do acusado no fato tido como delituoso, independentemente de apreciação de provas capazes de se produzirem somente no decorrer da instrução criminal (RT 668/334)."

"HABEAS CORPUS. ARTIGO 159, § 1º, DO CÓDIGO PENAL. AUSÊNCIA DE PROVAS. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. EXPEDIÇÃO DE MANDADO DE PRISÃO ANTES DO TRÂNSITO EM JULGADO. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO.

CONSTRANGIMENTO ILEGAL CONFIGURADO. ORDEM CONCEDIDA.

1. Incabível, na via eleita, reexaminar todo o contexto fático-probatório para aferir a robustez das provas carreadas que embasaram a condenação. Ademais, uma breve leitura do acórdão vergastado, evidencia que há provas da participação do paciente no evento criminoso.

(...)

(STJ - HC 47.314/SP, Rel. Ministro HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, SEXTA TURMA, julgado em 28.03.2006, DJ 15.05.2006 p. 297)."

Finalmente, como se pode ver, no breve relato, inexistente, *in casu*, excesso de prazo, que possa ser considerado apto a configurar constrangimento ilegal. Conforme, claramente, se observa, o processo vem tramitando dentro de padrões aceitáveis, sofrendo pequenos retardos em decorrência de dificuldades comumente verificadas na dinâmica do Judiciário. Ademais, é remansoso o entendimento de que a dilação prazal sofre temperamentos do princípio da razoabilidade, justificando-se a extensão, notadamente quando não ostensivamente abusiva.



141



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete Des. Helena Costa Reis

Assim, embora reconheça não ser imputável à defesa o adiamento verificado, o feito está sendo impulsionado, não incidindo, no caso em exame, qualquer desídia do juízo ou do Ministério Público.

Por derradeiro, pondero que, encontra-se pacificado na Jurisprudência que o prazo de 90 dias para a ulimação da instrução criminal, nos dias atuais, é regra de difícil cumprimento, em virtude do grande volume de trabalho nas Varas, não constituindo, assim, uma simples soma aritméticas dos prazos processuais.

Sobre este aspecto, vejamos-se:

" Não se configura coação ilegal quando o excesso de prazo na formação da culpa decorre de incidentes processuais não imputáveis ao Juiz do processo ou Ministério Público. (JSTJ 8/236)."

"O tempo legal do processo submete-se ao princípio da razoabilidade, que exclui seu exame à luz de só consideração aritmética, sobretudo, quando acolhida, no sistema de direito positivo, a força maior, como fato produtor da suspensão do curso dos prazos processuais. (STJ - HC 41.372/RJ, Rel. Ministro NILSON NAVES, Rel. p/ Acórdão Ministro HAMILTON CARVALHIDO, SEXTA TURMA, julgado em 31.08.2005, DJ 26.06.2006 p. 204)."

"O prazo para o encerramento da instrução criminal não se constitui numa simples soma aritmética, mas se submete ao princípio da razoabilidade, razão pela qual inexistente constrangimento ilegal quando a demora é plenamente justificada pelas peculiaridades do processo. (TJPR - HC nº 0368151-8; Relator: Des. Rogério Coelho; Órgão Julgador: 4ª Câmara Criminal; Data do Julgamento: 19/10/2006)".

Por todas essas razões, não vejo como conceder a liberdade a **Roberto Antônio da Silva**. Dessarte, voto pela denegação da ordem, em total conformidade com o parecer da Procuradoria de Justiça Criminal.

Recife, 26 de maio de 2010.


Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho
Relator Substituto